

## **VOTO Nº 166/2024/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/ANVISA**

Processo nº 25351.904834/2024-12

Expediente nº 0482012/24-2

Área responsável: Gerência-Geral de Gestão de Pessoas -  
GGPES/DIRETOR-PRESIDENTE

Relator: Antonio Barra Torres

Analisa solicitação de cessão de servidora para ocupar o Cargo Comissionado de Coordenadora de Análise de Impacto Regulatório (COAIR), código CCT-V, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA.

### **RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação de cessão da servidora JULIA DE SOUZA FERREIRA, matrícula Siape nº 1002350, para ocupar o Cargo Comissionado de Coordenadora de Análise de Impacto Regulatório (COAIR), código CCT-V, na Assessoria Especial de Qualidade Regulatória (ASREG), na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).
2. A servidora é ocupante do cargo efetivo de Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Agência, atualmente lotada na Coordenação de Assessoramento em Monitoramento e Avaliação de Resultado Regulatório (CMARR), da Assessoria de Melhoria da Qualidade Regulatória (ASREG).
3. É, em síntese, o que importa relatar.

### **ANÁLISE**

4. A GGPES manifestou-se pela possibilidade legal do pedido, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 23/2024/SEI/COGIF/GGPES/ANVISA (SEI 2817930), a fim de subsidiar a decisão da Diretoria Colegiada, conforme segue:

5. A apreciação do pleito requer o exame do disposto no inciso I e §1º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021:

Lei nº 8.112/1990, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais:

“Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

I - **para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;**

II - em casos previstos em leis específicas.

§ 1º Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, **mantido o ônus para o cedente nos demais casos.**”

Decreto nº 10.835/2021, dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte:

“Art. 3º A cessão é o ato pelo qual o agente público, sem suspensão ou interrupção do vínculo funcional com o órgão ou a entidade de origem, passa a ter exercício em outro órgão ou outra entidade.

§ 1º **Exceto se houver disposição legal em contrário, a cessão somente poderá ocorrer para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.**

§ 2º Não haverá cessão sem:

I - o pedido do cessionário;

II - a **concordância do cedente;** e

III - a concordância do agente público.

Art. 4º A cessão para outros Poderes, órgãos constitucionalmente autônomos ou outros entes federativos somente ocorrerá para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança com graduação mínima igual ou equivalente ao nível 4 dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS. ”

6. A cessão de servidores do quadro efetivo das Agências Reguladoras é atualmente regida pela Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016, que assim grafou em seu artigo 20:

“Art. 20. Os ocupantes dos cargos integrantes das carreiras a que se refere o art. 12 somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora de seu órgão de lotação nas seguintes situações:

I - requisição prevista em lei para órgão ou entidade da União;

II - cessão para exercício de cargo de natureza especial ou de cargo em comissão de **nível igual ou superior a DAS-4** do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalente, em outro órgão da União, em autarquia ou em fundação pública federal;

III - exercício de cargo de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargo em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores ou de cargo de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de Município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

IV - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública federal ou de sociedade de economia mista federal”.

7. Especificamente no âmbito da Anvisa, a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 19, de 11 de maio de 2009, voltada a servidores efetivos integrantes do Quadro Específico e do Quadro Efetivo, estabelece os critérios para a cessão de seus servidores e traz em seu artigo 1º:

RDC nº 19/2009

“Art. 1º Fica vedada a cessão dos servidores ocupantes dos cargos efetivos integrantes do Quadro Específico e Quadro Efetivo, ressalvadas as cessões para:

I - o exercício de cargos em comissão de Natureza Especial ou do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores, **nos níveis 4 (quatro), 5 (cinco) e 6 (seis), ou equivalentes;**

II - o exercício de cargos em comissão de Natureza Especial ou do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores, níveis 4 (quatro), 5 (cinco) e 6 (seis), ou equivalentes, no caso de requisição pelos Estados,

Distrito Federal e Municípios, desde que correlacionados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

III - cessões previstas em lei”.

8. Quanto ao cargo comissionado de código **CCT-V**, em comparação com os cargos do grupo DAS, verifica-se que possui **equivalência com o grupo de cargos DAS nível 5**, conforme Portaria N° 158, de 11 de abril de 2019, que altera o Anexo I da Portaria ME n° 121, de 27 de março de 2019.

9. Em relação ao ônus pela remuneração da servidora, entende-se que tal **ônus recairá sobre o cedente**, devido ao que dispõe a Lei n° 8112, de 1990, no §1º de seu art. 93, transcrito acima juntamente com o caput do referido artigo.

10. Ressalte-se que Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) encaminhou, no dia 19 de fevereiro de 2024, formulário de solicitação de cessão de servidor, nos termos do Anexo I da Portaria SEDGG/ME n° 6.066, de 11 de julho de 2022 (SEI: 2815316).

11. No entanto, na Nota Técnica n° 4/2024/SEI/GGPES/ANVISA (SEI 2887391), a GGPES informa que a ANVISA enfrenta problemas sérios relacionados ao déficit de servidores, o que tem impactado diretamente na qualidade e na eficiência dos serviços prestados e também na qualidade de vida, bem-estar e saúde dos servidores e gestores da instituição. Dentro desse contexto, a liberação de servidores agrava essa situação já relevante, comprometendo ainda mais a capacidade da Agência em cumprir suas atribuições.

12. A chefia imediata da servidora apresenta na Nota Técnica n° 4/2024/SEI/ASREG/GADIP/ANVISA (2835089) as atividades desenvolvidas pela Servidora, **os impactos na área** com a cessão e o risco de não conseguir atender aos compromissos da Assessoria. Além disso, registra que houve saída de dois servidores recentemente.

13. Por fim, informa-se que, nos termos da alínea "b", do inciso I, do parágrafo único, do art. 6º do Regimento Interno da Anvisa, aprovado e promulgado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, publicada no DOU de 15/12/2021; **a aprovação da cessão de servidores da Anvisa compete à Diretoria Colegiada** (DICOL), que possui discricionariedade, nos casos em que o pedido esteja em conformidade com os ditames

normativos, para deferir ou indeferir as solicitações.

## VOTO

14. Diante do exposto e considerando a manifestação da ASREG e GGPEs sobre os impactos da cessão e o déficit de servidores na Agência, voto pela **NÃO APROVAÇÃO** da cessão da servidora JULIA DE SOUZA FERREIRA, para ocupar o Cargo Comissionado de Coordenadora de Análise de Impacto Regulatório (COAIR), código CCT-V, na Assessoria Especial de Qualidade Regulatória (ASREG), na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente**, em 17/04/2024, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2914346** e o código CRC **BDDCACA6**.

**Referência:** Processo nº  
25351.904834/2024-12

SEI nº 2914346